

# A PAISAGEM MONÁSTICA NO VALE DO VAROSA

O CASO DOS MOSTEIROS CISTERCIENSES DE ST.<sup>a</sup> MARIA  
DE SALZEDAS E S. JOÃO DE TAROUCA

ANA SAMPAIO E CASTRO\*

**Resumo:** *A partir da implantação medieval de dois mosteiros no vale do rio Varosa, Santa Maria de Salzedas e S. João de Tarouca, apresenta-se o estudo das transformações implementadas na paisagem do vale desde o século XII até ao século XIX. Estas alterações manifestaram-se através de variados aspectos, nomeadamente o uso agrícola do solo com a implementação de granjas e pequenas explorações rurais, a construção de novas vias e pontes, ou a fixação de população dentro e nos limites dos seus coutos.*

**Palavras-chave:** *Paisagem monástica; Vale do Varosa; Mosteiro de S. João de Tarouca; Mosteiro de St.<sup>a</sup> Maria de Salzedas.*

**Abstract:** *This paper presents a study on the transformations in the landscape of the Varosa valley from the 12th to 19th centuries, where the monasteries of Santa Maria de Salzedas and S. João de Tarouca were founded. Profound changes were operated, particularly in agriculture, with the establishment of «granjas» (granjes) and other small rural holdings, the construction of roads and bridges and the settlement of population.*

**Keywords:** *Monastic landscape; Varosa Valley; Monastery of S. João de Tarouca; Monastery of St.<sup>a</sup> Maria de Salzedas.*

## 1. LOCALIZAÇÃO

Os Mosteiros de S. João de Tarouca<sup>1</sup> e St.<sup>a</sup> Maria de Salzedas<sup>2</sup> localizam-se no distrito de Viseu, concelho de Tarouca, pertencendo o primeiro à freguesia homónima e o segundo à freguesia de Salzedas (Figura 1), situando-se no vale do rio Varosa, afluente da margem esquerda do rio Douro. Geograficamente enquadram-se na Beira Alta, mais precisamente na denominada região de Riba Douro, actualmente intitulada Douro Sul.

O Mosteiro de S. João de Tarouca é dominado por várias elevações com altitudes máximas de cerca de 890 m, nomeadamente o Quintiã, a Cascalheira e o Monte Corvo, todos dependentes da Serra de St.<sup>a</sup> Helena e da Serra de Leomil. As linhas de água que passam na sua área de implantação são o Corgo da Cerca ou da Aveleira, que nasce entre as elevações do Quintiã e da Cascalheira, a cerca de 900 m de altitude e correndo de Sul para Norte, e o Corgo do Pinheiro, da Fraga ou da Frágu, circulando de Nordeste para Sudoeste, procedente das proximidades da povoação do Pinheiro a cerca de 830 m de altitude. Estas duas linhas de água unem-se dentro do espaço monástico, formando uma ribeira principal a que a população designa de Corgo (CASTRO & SEBASTIAN, 2002: 37), subsidiária do rio Varosa que corre a 200 m a Oeste do mosteiro.

O Mosteiro de St.<sup>a</sup> Maria de Salzedas encontra-se implantado sobre a ribeira do Torno, Galhosa ou Salzedas que desagua no rio Varosa, nas proximidades da Quinta da

---

\* Mestre em História e Arqueologia pela FCSH da Universidade Nova de Lisboa. Email: ana.sampaioecastro@gmail.com.

<sup>1</sup> Coordenadas internacionais: 40° 59' 44" N; 7° 44' 36" W a 550 m de altitude.

<sup>2</sup> Coordenadas Internacionais: 41° 03' 34" N; 7° 43' 20" W a 520 m de altitude.

Abadia Velha, a cerca de 2000 m da povoação de Ucanha. Esta ribeira nasce nas imediações de Alvite, na zona dos Sete Castelos, concelho de Moimenta da Beira, a cerca de 940 m, passando por Sever, Passô e Granja Nova, formando um pequeno vale bastante fértil que domina toda esta zona. A área de estabelecimento do mosteiro é dominada a Norte pelo Monte Raso a 850 m; a Este pela elevação da Sr.<sup>a</sup> da Graça a 920 m, ainda incluída no conjunto da serra da Nave-Leomil que se prolonga para Norte (FERREIRA & SOUSA, 1994: 8); a Sul situa-se o monte de St.<sup>a</sup> Catarina a cerca de 800 m, junto à localidade da Granja Nova; e a Oeste uma pequena elevação com 605 m de altitude, localizada entre o mosteiro e o rio Varosa que corre a cerca de 1700 m de distância do cenóbio.

## 2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

O mosteiro cisterciense masculino de S. João de Tarouca<sup>3</sup> foi fundado em 1140<sup>4</sup>, segundo a carta de couto outorgada por D. Afonso Henriques. Em 1154 inicia-se a sua construção, como indica a inscrição comemorativa no tímpano que pertenceria à porta dos monges (BARROCA, 2000: 254-258). A igreja cruciforme apresenta três naves, uma central e duas laterais, e um transepto pouco saliente com duas capelas laterais. Durante a intervenção arqueológica efectuada entre 1998 e 2007 (CASTRO & SEBASTIAN, 2002 e 2007) foi possível identificar o que resta dos vários edifícios que compunham o espaço monástico e que se situam a Norte da igreja (Figura 2). Verificou-se também que toda a área foi, desde a sua construção, alvo de diversas remodelações, readaptações e novas construções até à sua extinção em 1834 (Figura 2).

Igualmente de filiação cisterciense, o mosteiro masculino de St.<sup>a</sup> Maria de Salzedas<sup>5</sup> foi fundado entre 1155 e 1159 no sítio da Abadia Velha, a cerca de 1500 m a Noroeste de Salzedas, junto ao rio Varosa (Figura 4), sendo posteriormente transferido para a presente localização<sup>6</sup>. O início de construção do actual espaço data de 1168, apresentando a igreja, tal como a de S. João de Tarouca, uma planta cruciforme com três naves, uma central e duas laterais, e transepto saliente com quatro absidiolos laterais escalonados<sup>7</sup>. Os edifícios monásticos desenvolvem-se para Sul exibindo várias fases de (re)construções e reorganizações ao longo dos séculos, salientando-se a edificação original de século XII-XIII e as alterações de XVI ao XVIII (Figura 3).

A disposição medieval dos edifícios monásticos destes dois mosteiros adequa-se às regras implementadas pela Ordem, sendo um local fechado e formando aproximadamente um quadrado, composto num dos lados pela igreja, que se encontra em plano ele-

<sup>3</sup> Classificado Monumento Nacional pelo Decreto n.º 40.684, DG 146 de 13 Julho 1956 e Decreto n.º 95/78, DR 210 de 12 Setembro 1978.

<sup>4</sup> Sobre a polémica da fundação do Mosteiro de S. João de Tarouca ver MARQUES, 1998, TORRE RODRIGUEZ, 1999 e CASTRO, 2009.

<sup>5</sup> Classificado como Monumento Nacional pelo Decreto-Lei n.º 67 de 31 de Dezembro de 1997.

<sup>6</sup> Sobre o assunto consultar FERNANDES, 1984 e 1985; CASTRO, 2012.

<sup>7</sup> Embora hoje só possamos observar um deles, pois durante as transformações ocorridas no século XVIII os absidiolos foram alterados para uma planta quadrangular, acontecendo o mesmo com a capela-mor que originalmente seria semi-circular.

vado relativamente aos restantes edifícios. As dependências monásticas, situadas a Norte ou a Sul da igreja, são constituídas por duas alas: a ala dos monges, na continuação do transepto da igreja e a ala dos conversos, perpendicular ao corpo da igreja, desenvolvendo-se a partir dos pés desta, separando-as o claustro.

Também a localização dos dois mosteiros se ajusta às regras da Ordem cisterciense, que privilegia a fixação em vales férteis, amplamente irrigados, em detrimento de aglomerados urbanos ou enquadramentos topográficos elevados. Embora a regra preconize o afastamento relativamente a núcleos urbanos, de acordo com princípios de recolhimento espiritual e austeridade, verifica-se que nos dois casos já existiria a presença de uma pequena localidade nas proximidades.

Em S. João de Tarouca está provado que na margem esquerda do Varosa havia uma povoação, que após a implantação da comunidade monástica cisterciense se expandiu para a margem direita, designando-se aí por Burgo (MOREIRA, 1924: 140; VASCONCELLOS, 1933: 176; CASTRO, 2009: 11). Em Salzedas, antes do início da construção do mosteiro, temos notícia em 1144 de uma «Villa Plana de Argeriz» (FERNANDES, 1995: 204), situada no sopé da elevação onde hoje se ergue a capela de Nossa Senhora da Piedade, a cerca de 400 m a Oeste do mosteiro, que pode ter substituído uma igreja mais antiga, denominada de S. Salvador de Argeriz. Ainda Fr. Baltasar dos Reis (REIS, 2002a: 23-24), nos inícios de século XVII, refere que «no dito sittio de Argeriz se achão oje aliçesses e vestgios de edificios antigos, aonde parece que estava o dito lugar de Argeriz».

É de facto natural que este isolamento recomendado pela Ordem não fosse total, pois os recursos humanos tornavam-se indispensáveis para a implementação de um sistema económico baseado na exploração agrícola. Se por um lado verificamos que a Ordem tentou inicialmente recuperar a figura do monge trabalhador, segundo o *Ora et Labora* beneditino, por outro lado vemos que a política de expansão territorial reflectida nas constantes compras, doações e escambos de propriedades no couto, suas proximidades, na região ou a nível nacional, permitiu um grande crescimento económico durante os séculos XII, XIII e XIV. Contudo, os preceitos preconizados pela Ordem contemplavam não só o trabalho da terra, mas também a sua propriedade, podendo conjugar o factor produção com a capacidade económica (TORRE RODRIGUEZ, 1999: 137). Temos assim dois factores essenciais e intimamente relacionados com a implantação dos mosteiros cistercienses: a geografia e a economia (COCHERIL, 1986: 19).

### 3. O COUTO DO MOSTEIRO DE S. JOÃO DE TAROUCA

Os limites do couto de S. João de Tarouca<sup>8</sup> (Figura 4) encontram-se bem definidos pela carta régia de 1140 (MARQUES, 1998: 68):

*ao Oriente, pela fonte e, daí, pela estrada de Paredes Secas, conforme correm as águas do monte do Souto Redondo e conforme divide com Vila Chã, água corrente para o couto; e daí à foz de*

<sup>8</sup> Relativamente ao couto ver os estudos CASTRO & SEBASTIAN, 2008-2009: 122-126 e CASTRO, 2009: 15-17.

*Tranvita e daí, pelo cume do monte Fifineira e pelo Carvalho da Prova; daí, por onde entra o fontão no Barosa e, daí, pelo outeiro da Armada; e daí pelo monte de Pinheiro, até à fonte onde principiamos*

Durante a segunda metade de século XIII foi ampliado (FERNANDES, 1976: 80), abrangendo as povoações de Mondim da Beira, Vilarinho, Almofala, Vila Chã do Monte, Alvite, Sever, Arcas e Sanfins<sup>9</sup> (Figura 4), estando a linha do limite Norte anexa ao do término Sul do couto de St.<sup>a</sup> Maria de Salzedas.

Dentro do primitivo couto de S. João de Tarouca assistimos à implantação das três primeiras granjas do mosteiro: S. Salvador ou Quinta do Granjão<sup>10</sup>, como actualmente é designada, Souto Redondo e Brufe (Figura 4). A primeira está localizada a 2 km a Noroeste do mosteiro, na margem esquerda do rio Varosa, em frente à localidade de Mondim da Beira. Mantém-se ainda como exploração agrícola, tendo vários vestígios, possivelmente de século XVII-XVIII, da presença monástica como é o caso da cerca, de uma casa de habitação e vários pequenos edifícios adjacentes que serviriam para armazenamento de produtos e alfaías agrícolas. De facto, no Auto de Inventário de 1834<sup>11</sup> (Folha 6) a propriedade é descrita nos seguintes termos «toda murada com hum grande muro e consta de terras de pão, vinha, varias arvores de fruto e mattas de lenha e pinheiros com suas cazas de residencia, capella cazas de lagar cazas de cortes de gado». Souto Redondo deu origem a uma pequena povoação hoje designada por Couto, sendo ainda visível no terreno parte da sua cerca. Pela documentação, publicada por A. de Almeida Fernandes (FERNANDES, 1991), verifica-se que esta área foi alvo de diversas compras e doações entre 1145 e 1227, sendo então uma área despovoada como sugere o topónimo Souto que, etimologicamente, significa bosque (FERNANDES, 1995: 264). A granja de Brufe estará situada a cerca de 1,5 km a Norte do mosteiro, entre este e Mondim da Beira. Actualmente já não resta qualquer vestígio, nem mesmo no Auto de Inventário de 1834 lhe é merecida alguma referência, embora a documentação medieval aponte neste local duas doações e uma compra, mencionando «*hereditate nostra quam habemus iusta gran-giam vestram de Berufi*» (FERNANDES, 1991: 228, doc. 274).

Ainda antes da ampliação do couto o mosteiro adquiriu várias propriedades em Mondim da Beira, e embora a existência aqui de uma granja não seja provada documental-mente, A. de Almeida Fernandes afirma a sua presença, baseando-se num documento de 1171 onde é expressamente citado um «*cellarium*» (FERNANDES, 1976: 100). O Auto de Inventário de 1834 (Folha 6) apenas refere que em Mondim permanece uma propriedade do mosteiro, denominada por Várzea de Fora, «toda murada sobre si a partir com o rio e com a estrada que vai para a sobredita quinta (do Granjão) e ponte de Mondim». A localidade de Mondim da Beira, repartida em dois núcleos Mondim de Cima (de fisionomia mais antiga) e Mondim de Baixo, é com certeza anterior à fundação do mosteiro,

<sup>9</sup> Nas Inquirições de 1288 estes locais são já referidos como parte integrante do couto de S. João de Tarouca.

<sup>10</sup> Os terrenos pertencentes a esta granja foram comprados a Pedro Pais em 1181 (FERNANDES, 1991: 237, doc. 285).

<sup>11</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Caixa 2255.

provado pela existência de um povoado proto-histórico romanizado no topo da elevação a Sudeste.

Junto à localidade de Almofala<sup>12</sup>, incluída no couto da segunda metade de século XIII, havia uma granja mais antiga designada por Granja<sup>13</sup> Velha, localizada a cerca de 500 m a Noroeste da povoação (Figura 4). Embora não subsistam quaisquer vestígios materiais à superfície, para além de alguns fragmentos de cerâmica de construção bastante rolada, o topónimo e a implantação indicam a sua presença, situando-se em terrenos bastante férteis irrigados pelo rio Varosa. Acrescente-se ainda que nas Inquirições de 1335 se menciona: «a pobra do dicto logo da Almafala foi primeiramente posta em o logo que chamam a Granja Velha, e este logo hu ora está a Almafala... e o dicto moesteiro se meteu no dicto logo da Almafala e fez casaes» (FERNANDES, 1976: 105). Assim é de concluir que o mosteiro transferiu a Granja Velha para o local da povoação de Almofala, povoando-a. Refira-se, contudo, que o sítio possa ter tido um povoamento anterior ao mosteiro, pois o próprio topónimo significa, semanticamente, povoado ou aldeia (FERNANDES, 1976: 104). Neste caso é possível que os monges apenas tenham reorganizado e desenvolvido Almofala, com base na exploração agrícola dos seus terrenos férteis. No Auto de Inventário de 1834 (Folha 7vº) é referido que o mosteiro aqui possui «umas cazas (...) tilhadas e sobradadas denominadas as cazas da Tulha».

A cerca de 4 km do mosteiro para Nordeste, próximo de Sever<sup>14</sup> ainda existe o topónimo Granjinha, indicando uma granja cisterciense pertencente ao cenóbio de S. João de Tarouca. Sever apenas passa para o mosteiro após o alargamento do seu couto na segunda metade de século XIII, estando anteriormente na posse da estirpe de Mem Moniz, irmão de Egas Moniz. É de facto provável que só depois da morte de D. Pedro Anes<sup>15</sup>, descendente de Mem Moniz e genro de D. Afonso III, em cerca de 1286, a totalidade do território de Sever tenha ficado em poder do mosteiro (FERNANDES, 1976: 114). São vários os documentos que provam diversas aquisições nesta zona, pelo menos desde 1172 com a venda que D. Ourana Mendes fez de três casais no couto de Sever (FERNANDES, 1991: 290, doc. 352), ainda pertencente, nesta data, à linhagem de Mem Moniz. Assim, assistimos a duas realidades distintas, por um lado a formação de uma granja monástica nas proximidades de Sever ainda antes do final de século XII e que deu origem à actual localidade da Granjinha, e a inclusão de Sever, já desde à muito povoada, no couto ampliado de S. João de Tarouca.

De igual modo Arcas, situada a 5 km a Nordeste do mosteiro, pertenceria à estirpe de Mem Moniz, sendo também abrangida pelo alargamento do couto monástico. A antiguidade desta povoação está bem patente numa lápide sepulcral, datada de 588, encontrada por Fr. Bernardo de Brito (BRITO, 1690: 287) próximo da ermida de Nossa Sr.ª da

<sup>12</sup> Actualmente pertencente ao concelho de Castro Daire.

<sup>13</sup> Topónimo que ainda persiste.

<sup>14</sup> Freguesia do concelho de Moimenta da Beira.

<sup>15</sup> Sepultado no Mosteiro de S. João de Tarouca, como comprova uma carta da sua esposa D. Urraca Afonso em que diz «meu marido é passado deste mundo e tomou sa sepultura eno moesteiro de Sanoane de Tarouca» (FERNANDES, 1976: 114).

Seixa. Em 1151 D. Afonso Henriques couta Arcas e em Abril de 1153 já pertenceria ao mosteiro<sup>16</sup>, como prova a venda efectuada por Ermesenda e seu filho de uma herdade «*in vestro couto de Archas*» (FERNANDES, 1991: 302, doc. 369). Em 1163 é feita uma doação de um casal nas proximidades da «*grangiam vestram de Archas*» (FERNANDES, 1991: 299, doc. 364), verificando-se que nesta data já o cenóbio tarouquense aqui possuía uma granja, confirmada pelo Papa Alexandre III nesse mesmo ano (ERDMANN, 1927: 230-232, doc. 61). De referir também que deve ter sido uma das granjas mais produtivas, visto que em três documentos relativos a vendas, datados de 1241 e 1242, aparece como testemunha um monge «*Johannes magister de Archas*» (FERNANDES, 1991: 268-269, doc. 326; 317-318, doc. 386 e 387). Não muito longe de Arcas, a cerca de 1 km a Norte, situava-se o sítio de Seixas que nos aparece em diversos documentos desde 1147. Aqui foi doado ao mosteiro uma «*hereditate*» em 1147 e um casal em 1163, sendo ainda escambados seis casais neste último ano (FERNANDES, 1991: 299, doc. 364, 365; 301, doc. 368). Actualmente não existem quaisquer vestígios materiais deste local, nem sequer o seu topónimo sobreviveu. Apesar deste facto podemos identificar uma possível área de assentamento, tomando como partida as indicações da documentação que a coloca muito próximo de Arcas. Tendo em conta que a sua implantação deve ter como princípios base, já que se tratam de terrenos agrícolas, uma boa irrigação e uma topografia relativamente plana, assim o local apontado na figura 4 afigura-se o mais adequado. A. de Almeida Fernandes explica o despovoamento progressivo de Seixas através da atracção que os coutos de Arcas e Sever, de maior tamanho, exerciam sobre uma população pouco numerosa (FERNANDES, 1976: 118). No Auto de Inventário de 1834 (Folha 7vº) ainda é mencionada em posse do mosteiro «*cazas tilhadas e sobradadas sittas no lugar de Arcas (...) que tãobem servem de Selleiro*».

Uma outra granja referida na confirmação papal de 1163 é a «*grangiam de Aluiti*» (ERDMANN, 1927: 230-232, doc. 61), hoje freguesia de Alvite<sup>17</sup> situada a 3,3 km a Sudeste do mosteiro. O topónimo é indicador de origem sueva – «*villa Alwiti*» – (FERNANDES, 1997: 166) povoada antes da chegada dos cistercienses, tendo passado para o couto ampliado na segunda metade do século XIII, embora A. de Almeida Fernandes mencione que «*alguns antiquários afirmam que D. Afonso Henriques doou Alvite ao mosteiro em 1160*», não existindo, contudo, qualquer prova documental (FERNANDES, 1976: 107). Ainda em 1834, no Auto de Inventário (Folha 6vº), nos aparece como pertença do mosteiro «*humas cazas no lugar de Alvite (...) tilhadas e sobradadas com suas sallas e logeas cujas cazas servem de Celeiro*».

Na opinião de A. de Almeida Fernandes existia uma antiga granja e povoação em Paredes Secas transferindo-se, do século XII para XIII, para Alvite (FERNANDES, 1976: 107). Este autor, em nota final do seu estudo, acaba por admitir que Paredes Secas se localizava próximo de Sanfins (FERNANDES, 1976: 337), não sendo de todo verosímil, no nosso

<sup>16</sup> Segundo A. de Almeida Fernandes o mosteiro escamba, com Mem Moniz e sua esposa D. Cristina Gonçalves, certos bens que possuía em Sever pelos de Arcas (FERNANDES, 1976: 117).

<sup>17</sup> Concelho de Moimenta da Beira.

entender, a indicação da sua deslocação e inclusão em Alvite, visto que se situa a cerca de 3 km, ficando muito mais próxima de Sanfins ou de Mondim. As referências que encontramos a Paredes Secas estão presentes na carta de couto de 1140 «*per illam stradam de Paredes Siccas*»; num documento de 1141 em que Afonso Peres doa ao mosteiro «*hereditate mea propria quam habeo in Villa Plana et in Paredes Siccas*» (FERNANDES, 1991: 230, doc. 277); um escambo de 1287, com o Mosteiro de St.ª Maria de Salzedas, refere «dous casaes junto do lugar de Samfins em Paredes Sequas» (REIS, 2002b: 179). Baseando-nos nesta documentação parece certa que a sua localização seria nas proximidades de Sanfins, que também passou para o mosteiro na ampliação do couto, sendo incoerente a sua incorporação em Alvite. A inexistência actual do topónimo ou sua memória poderá significar que este sítio terá desaparecido em época recuada. Como se observa na figura 4, colocamos Paredes Secas no sopé da elevação de Mondim da Beira, pois pensamos que este topónimo poderá relacionar-se com o povoado, já referido anteriormente, existente no topo deste monte.

Vilarinho está localizado a 2 km a Sudoeste, junto à margem esquerda do rio Varosa. Em 1236 doze colonos da «villa» de Vilarinho receberam carta de foral do mosteiro (FERNANDES, 1991: 198, doc. 236), embora já desde 1151 aqui se verifiquem várias doações e compras de propriedades. Outra das povoações que cedo passou para o domínio cisterciense foi Vila Chã do Monte, situada a 2 km a Sul do mosteiro. Na carta de couto de 1140 já se lhe refere como «villa plana», estando então povoada. São vários os documentos de doações ou compras aqui efectuadas entre 1141 e 1175, estando também referida no Auto de Inventário de 1834 (Folha 6vº) como tendo aqui o mosteiro «humas cazas (...) tilhadas e sobradadas que servem de Tulha». No couto inicial ainda nos surge a actual povoação de Pinheiro, situada a cerca de 1,4 km a Nordeste. Pensamos que esta localidade não seria habitada, ou pelo menos pouco ocupada, pois em dois documentos, de 1143 e 1147, aparece-nos a doação de novais. No Auto de Inventário de 1834 (Folha 6vº) o mosteiro surge aqui como possuidor de «humas cazas (...) tilhadas e sobradadas».

#### 4. O COUTO DO MOSTEIRO DE ST.ª MARIA DE SALZEDAS

Os três documentos que se referem ao limite do couto de Argeriz (assim designado pela documentação) são, por ordem cronológica: a carta de doação passada por D. Afonso Henriques a Teresa Afonso a 13 de Abril de 1152; em Junho de 1155 o monarca autoriza-a a transferir o referido couto ao mosteiro; e em 29 de Janeiro de 1161 o soberano outorga a carta de «firmidão» ao cenóbio Salzedense com isenção dos direitos reais. Para a elaboração dos limites do couto monástico socorremo-nos da sua publicação em «Chancelarias Medievais Portuguesas» da autoria de Abiah Elisabeth Reuter<sup>18</sup> (228-229; 246-247; 279-281) do ano de 1938 e nos «Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios», volume I, tomo I de Rui Pinto de Azevedo<sup>19</sup> de 1958<sup>20</sup>.

<sup>18</sup> Documentos n.º 160, p. 228-229; n.º 175, p. 246-247; e n.º 192, p. 279-281.

<sup>19</sup> Documentos n.º 238, p. 291-292; n.º 254, p. 315-316; e n.º 277, p. 354-355.

<sup>20</sup> No texto que se segue iremos apenas referir o último nome destes autores.

Para o estudo dos términos do couto de Salzedas (Figura 4) consideramos estas três cartas, tendo presente as diferenças que existem entre elas e também entre as transcrições dos autores. A primeira referência toponímica do término do couto, a Sul, é «*per portum de Alvares*». Segundo A. de Almeida Fernandes trata-se da passagem do rio Varosa defronte à actual localidade de Dalvares<sup>21</sup>, com certeza um passado de poldras entre as duas margens do rio (FERNANDES, 1985: 57). Na versão da carta de 1152 de Reuter há ainda a menção «*per portum de Alvares a portu de Muates*», topónimo que actualmente não existe, mas que A. de Almeida Fernandes (FERNANDES, 1984: 97, nota de rodapé 173) menciona ter sido substituído por Canhardo na presente freguesia de Ucanha, referindo-se a uma passagem na zona baixa entre o rio e a povoação de Valdevez.

Em seguida encontramos «*per illum montem qui dicitur Averiz*», tendo evoluído para Valdevez e que topograficamente corresponde à elevação sobranceira a esta. Na carta de 1161 vemos a designação «*et per montem de Almudafaz*»<sup>22</sup> que presumimos seja o mesmo que o anterior, visto que nesta zona é a única elevação observável, apesar de A. de Almeida Fernandes (FERNANDES, 1985: 57) concluir que se trata de dois montes distintos. Na continuação do limite do couto encontramos «*per illum fontem de felmiro*», que corresponde à localidade de Formilo<sup>23</sup>, pertencente à freguesia da Granja Nova. A «*fontem*» mencionada pode reportar-se a uma nascente de água que aqui inicia o seu curso em direcção ao Varosa. No documento de 1161 aparece-nos a designação de «*fonte de Salgueiro*», topónimo hoje desconhecido.

O próximo ponto é apenas referido na carta de 1152 «*et quomodo dividitur cum summitatem illius montis qui dicitur Mades*» em Reuter, ou «*Maoes*», em Azevedo, e que corresponde à elevação junto ao presente sítio de Mões<sup>24</sup>. Continuando o percurso «*et per illam divisionem sancti Felicis*» em 1152 ou «*deinde ad cautum de cruzilada de sancto Felice*» em 1155, referindo-se a Sanfins, localidade da actual freguesia de Passô, concelho de Moimenta da Beira, que era uma «*villa*» com limites próprios nesta época (FERNANDES, 1984: 99). A carta de 1152 aponta o seguinte ponto «*per summitatem de Lamellas*», ou seja a elevação na proximidade do actual sítio de Lamelas<sup>25</sup>, pertencente à freguesia da Granja Nova.

No seguimento aparecem-nos os subsequentes limites: a carta de 1152 aponta «*et vadit per illum furatorium*» e na versão de Reuter «*et vadit per illum territorium*»; em 1555 é mencionado «*deinde ad capita de furadorio*»; e em 1161 «*et per caput de furadoiro*». O topónimo «*furatorium*» ou «*furadorio*» é o mesmo, embora actualmente não se o conheça nesta zona. A. de Almeida Fernandes (FERNANDES, 1984: 99) indica que «*furatorium*» e «*territorium*» são distintos, reportando este último ao presente sítio Terrandório, situado na freguesia de Passô. Por nossa parte colocamos duas hipóteses, ou a leitura de «*territorium*» está errada,

<sup>21</sup> Dalvares, no entender de A. de Almeida Fernandes (FERNANDES, 1995: 26) é um topónimo fitonímico, referindo-se a uma espécie de carvalho, evoluindo para Adalvares e Dalvares.

<sup>22</sup> Actual povoação de Almodafa pertencente à freguesia de Mondim da Beira, indicando um antropónimo árabe Al-Mudáfer (FERNANDES, 1995: 150).

<sup>23</sup> Do antropónimo Filimirus, cuja evolução é Filimiro, Filmiro, Felmiro, Felmiro, Fermilo, Formilo (FERNANDES, 1995: 123).

<sup>24</sup> Que se encontra repartido entre as freguesias de Mondim da Beira, Granja Nova e Passô (ou Paçô), já no concelho de Moimenta da Beira. O topónimo indica ser um genitivo, talvez de «*villa Manonis*» e de origem germânica (FERNANDES, 1995: 171).

<sup>25</sup> De «*lamella*», designação de prédio rústico (FERNANDES, 1995: 125).

visto que em todos os outros documentos aparece sempre «*furatorium*» ou «furadorio», traduzindo «*caput*» a parte superior talvez de uma elevação denominada de «*furatorium*»; ou pelo contrário esta significa de facto território, apontando para, e no seguimento do ponto anterior a que a carta de 1152 (versão Reuter) se refere, a área nas proximidades de Lame-las: «*et per summitatem de Lamellas et vadit per illum territorium*».

Na continuação sucede-se em 1152 «*et dividit per illum cautum palaciole et Sever et per illas sexae*», ou «serras» na leitura de Reuter; «*deinde per aquam de torno cum palaciolo*» em 1155; e «*quomodo dividitur cum palaciolo et revertitur in torno et quomodo dividitur cum Sever atque cum Seixas*» em 1161. Refere-se à divisão pelo couto de Passô («*palaciole*», «*palaciolo*») que em 1335 é do Mosteiro de Vila Boa do Bispo (FERNANDES, 1984: 99, nota de rodapé 185), sendo claro que, como diz a carta de 1155 e 1161, esta separação situava-se na união entre o rio Torno<sup>26</sup> e a ribeira de Santiais, citada mesmo no documento de 1161 como «*postea ad fontem de centanaes*». Fica também esclarecido que esta partição segue o curso do rio Torno «*per aquam de torno*», sendo ainda demarcada pelo couto de Sever<sup>27</sup> e por Seixas<sup>28</sup> («*seixas*», «*sexae*»).

Avançando para Este aparece-nos em 1152 «*et dividit per illum cautum de Leomir et parte per Serzedo*»; em 1155 «*postea dividit cum Leomir per luginam de seixa*»; e em 1161 simplesmente «*et cum Serzedas*». Leomil<sup>29</sup> («*Leomir*») é actualmente uma freguesia do concelho de Moimenta da Beira, sendo nesta época um couto que teria sido assente ainda pelo conde D. Henrique (FERNANDES, 1984: 100). «*Serzedo*» ou «*Serzedas*» corresponde à presente freguesia de Sarzedo<sup>30</sup> do concelho de Moimenta da Beira e que pertenceria ao couto de Leomil. Também na carta de 1155 observamos «*dividit cum Leomir per luginam de seixa*», ou seja a divisão por Seixas já supracitada.

Ainda do lado Este encontramos «*et per sanctum Martinum de Cãs*»; «*deinde ad sartaginem*» «*postea ad fontem de salgueiro*» «*deinde per ledanarium*» em 1155; «*et cum sancta Maria de Lobazaim et cum sartagine et cum Sancto Martino per vallem de Cadellas et per illum saxum de Ledenario*» em 1161. O topónimo «*sancta Maria de Lobazaim*»<sup>31</sup> não existe actualmente, embora no entender de A. de Almeida Fernandes (FERNANDES, 1985: 58) corresponderia à actual localidade de Castelo<sup>32</sup>, abrangendo as presentes freguesias de

<sup>26</sup> Ou ribeira de Salzedas.

<sup>27</sup> Freguesia do concelho de Moimenta da Beira. Genitivo do antropónimo *Severus* (MACHADO, 2003, volume III: 1341).

<sup>28</sup> Já nos referimos anteriormente a Seixas quando falamos nas propriedades do Mosteiro de S. João de Tarouca dentro do seu couto. A leitura de «*serras*» em contraposição a «*sexae*» é provavelmente errada, visto os limites anteriores e posteriores.

<sup>29</sup> Segundo José Pedro Machado (MACHADO, 2003, volume II: 869) provém do genitivo *Leomiro*, indicativo de possuidor de terra.

<sup>30</sup> Sarzedo, do latim *salicetu* – salgueiral (MACHADO, 2003, volume III: 1318).

<sup>31</sup> Já Fr. Baltasar dos Reis (REIS, 2002a: 24), nos inícios de século XVII, afirmava que não existiam «*quaisquer vestígios deste lugar*».

<sup>32</sup> Freguesia do concelho de Moimenta da Beira. Num foral, traduzido por Fr. Baltasar dos Reis (REIS, 2002b: 111), do filho de Rodrigo Garcia aos moradores de «*Sancta Maria de Lubozaim*» apresentam-se os seus limites: «*parte pella Cabeça Gorda com Cindim, aqua vertente, e com Cabeça de Maria Ordonis, aqua vertente, o Seiso de Arcos e pella agoa de Córregos, per aquam de Córrego, et vadit ad Fosteno e a Silvares digo a Ribeira de Silvares, com Sancto Cosmado, tende ao Ervedeiro e pella Portela de Sertane, et vadit a Oorzaa, et vadit a Cabeça de Gato, de Cabaços*». De facto estes termos coincidem, de uma maneira geral, com os términos das freguesias de Castelo e Nagosa. Embora o Fr. Baltasar dos Reis não tenha colocado a data do documento, presume-se que pertença ao século XII-XIII, pois os que o precedem têm esta cronologia.

Castelo e Nagosa. Outro exemplo de topónimo perdido é «*sartagine*» ou «*sartagine*» que no documento reproduzido na nota de rodapé 32 assume a forma «Portela de Ser-tane», isto é o limite Oeste do couto de Santa Maria de Lobozaím, entre os actuais sítios de Lameira Longa e Carvalhos. S. Martinho das Chãs – «*sanctum Martinum de Cãs*» – localizada a Norte do couto de Argeriz é, na actualidade, uma freguesia do concelho de Armamar e que no século XII correspondia ao couto das Chãs, sendo mais tarde integrada no couto de Santa Cruz de Lumiares (FERNANDES, 1984: 100). Não encontramos hoje qualquer conformidade toponímica em «*fontem de salgueiro*» referido no documento de 1155, embora possa equivaler à nascente da ribeira de Temilobos, localizada junto ao sítio da Gavinheira. «*per vallem de Cadellas*», apesar de também se referir ao limite do couto das Chãs, é topónimo desconhecido, mas que pode condizer com o vale da ribeira de Temilobos. Por fim, já no início do limite Norte, observamos «*illum saxum de Ledenario*» significando o monte Ladário, actual Sr.<sup>a</sup> da Graça<sup>33</sup>, que Fr. Baltasar dos Reis (REIS, 2002b: 12) descreve como «estaa este Seixo do Ladario assima do lugar de Cimbres, aonde oije estaa hua ermida de Nossa Senhora», constando também de um documento de 1135 «*Cimbriz (...) subtus mons Ledanarius*» (FERNANDES, 1984: 83).

Continuando a Norte temos em 1152 «*et per illa strada mourisca et per Ceimada*»; em 1555 «*postea per viam covam*» “*postea ad arcam de Pelagio Randis*», «*postea ad arcam de Mendo hermezendis*», «*deinde aqua vertente cum Queimada*»; e em 1161 «*et cum sancta Cruce per aucturas atque cum Hermamar et per illam arcam*<sup>34</sup> *de Pelagio Randiz et per illam viam antiquam usque in montem rasum*». Em primeiro lugar a descrição «*strada mourisca*», «*viam antiquam*» ou «*viam covam*», corresponde, sem dúvida, a uma via antiga que provavelmente vinda de Queimadela ligava a St.<sup>a</sup> Cruz de Lumiares<sup>35</sup> (concelho de Armamar), ramificando-se para Vila Pouca e Murganheira (concelho de Tarouca). Estes dois troços de via foram por nós identificados, preservando-se ainda vários metros de calçada, principalmente junto à povoação da Murganheira. A referência «*arcam de Pelagio Randiz*» e «*arcam de Mendo hermezendis*» relaciona-se com túmulos de senhores colocados junto a vias de passagem, garantindo orações de devotos e viajantes (FERNANDES, 1985: 59). Relativamente a «*sancta Cruce per aucturas*», «*Ceimada*», «*Hermamar*» e «*montem rasum*» correspondem, respectivamente, a St.<sup>a</sup> Cruz de Lumiares, Queimada, Armamar e Monte Raso. Este limite encontra-se bem demarcado no terreno através de marcos que hoje podem ser observados, como é o caso da divisão com St.<sup>a</sup> Cruz (Figura 4, marco n.º 1) e com Armamar (Figura 4, marco n.º 2). A «*arcam de Pelagio Randiz*» e a «*arcam de Mendo hermezendis*» devem ter sido substituídas posteriormente por marcos (Figura 4, marcos n.ºs 3 e 4), talvez já no século XIII, visto que estes são tipologicamente seme-

<sup>33</sup> Pertencente à freguesia de Cimbres, concelho de Armamar.

<sup>34</sup> Nas cópias efectuadas por Reuter e Azevedo está assinalada «*arcam*», contudo deve ser lida como «*arcam*», visto que se refere exclusivamente a um túmulo.

<sup>35</sup> Segundo A. de Almeida Fernandes (FERNANDES, 1984: 100; 1985: 59) esta «*viam*» passava na cumeada do monte Ladário (Sr.<sup>a</sup> da Graça), o que não corresponde ao reconhecimento que fizemos deste caminho antigo. Contudo identificamos uma possível bifurcação desta via que se dirige para Vila Nova, passando no sopé Norte deste monte, embora actualmente, e após a abertura de várias estradas de terra batida para a construção de aerogeradores no cume da Sr.<sup>a</sup> da Graça, seja difícil a sua observação.

lhantes aos padrões descobertos no limite do couto de século XIII do Mosteiro de S. João de Tarouca (CASTRO & SEBASTIAN, 2008-2009: 126). Curiosamente o marco n.º 3 (Figura 4) deu mesmo origem ao actual topónimo do sítio – Padrão.

Finalmente, o último limite aparece-nos em 1152 como «*et per illo poio et venit ad Barosam*»; «*postea per Laginam*», «*deinde per valem viridem*», «*dividitur cum Lamego per pelago de Mauriano*» em 1155; e «*atque cum illa ficulnea de area petrina et cum Lameco per vallem viridem et intrat in Barosam*» em 1161. O referido «*poio*» deverá corresponder à actual elevação onde foi erigida a capela de S. Lourenço, tendo aqui também um marco (Figura 4, marco n.º 5). Quanto a «*saxo*» pode ter resultado de uma má leitura de Raso (Monte). Presumimos que «*per Laginam*» seja a linha imediatamente anterior a este marco, entre o monte Raso e a cume de S. Lourenço. Mais difícil de interpretar é «*ficulnea de area petrina*» que nos remete na tradução para figueira («*ficulnea*»), «*area*» no sentido de eira e «*petrina*» de pedra, podendo equivaler ao mesmo limite anterior (pelo monte de S. Lourenço). «*vallem viridem*», interpretamos como o vale que da elevação de S. Lourenço parte para o rio Varosa, passando junto da actual povoação de Vila Pouca. Segundo A. de Almeida Fernandes (FERNANDES, 1995: 217) este topónimo, na forma actual Valverde, corresponde hoje à povoação de Vila Pouca, embora por uma doação de 1288 achemos a seguinte descrição: «*Villa Arteira (...)* alem do lugar de Villa Pouca a par de Val Verde» (REIS, 2002b: 74). O que significa a existência de Vila Pouca, Valverde e em seguida Vila Arteira, presentemente desaparecida, podendo contudo corresponder ao sítio actual designado de Quinta dos Castros, pois neste local foram encontrados vários vestígios materiais cronologicamente enquadráveis no século IV. Por último «*pelago de Mauriano*» deverá referir-se a Poço de Mourão, junto ao Varosa, sendo segundo as Inquirições de 1258 (PMH, 3ª Alçada: 1066) «*in termino Sancti Petri de Várzea in loco qui dicitur Mourão*». O limite Oeste seria então pelo rio Varosa acompanhando-o sempre até ao primeiro ponto.

Para o estudo de granjas, povoações e propriedades do Mosteiro de S. João de Tarouca no seu couto, auxiliamo-nos do cartulário medieval publicado por A. de Almeida Fernandes em 1991. Infelizmente a documentação existente relativa a St.ª Maria de Salzedas não nos permite uma abordagem tão minuciosa, tendo-nos apoiado essencialmente no foral do couto<sup>36</sup>, outorgado por D. Manuel I em 1504, no manuscrito de Fr. Baltasar dos Reis «*Livro da Fundação do Mosteiro de Salzedas*»<sup>37</sup>, de inícios de século XVII, na publicação de Fr. de Santa Rosa Viterbo «*Elucidário das palavras, termos e frases...*» na edição de 1983<sup>38</sup> e no Auto de Inventário de 1834<sup>39</sup>. Como sucedeu a vários mosteiros da região de Viseu, a quase totalidade da documentação desapareceu num incêndio ocorrido em 1841 no edifício do seminário de Viseu, onde se achava guardada.

Aquando da extinção do mosteiro podemos verificar, pelo Auto de Inventário de 1834, que existiam três localidades de grande importância para o mosteiro com paga-

<sup>36</sup> Transcrito por J. Leite de Vasconcellos em «*Memórias de Mondim da Beira*», 1933, p. 70-74.

<sup>37</sup> Publicado em 2002 pela Fábrica da Igreja Paroquial de Salzedas em reprodução fac-similada a partir da edição da Biblioteca Nacional de 1936.

<sup>38</sup> A primeira edição data de 1798-1799.

mento de foros, são elas: Granja Nova, situada a cerca de 2,5 km a Sul do mosteiro; Vila Chã, localizada a 3 km para Sudeste; e Cimbres, a cerca de 2 km a Este, já no concelho de Armamar.

Segundo A. de Almeida Fernandes (FERNANDES, 1995: 136-137) o primeiro nome da Granja Nova seria «Alfouvara»<sup>40</sup>, que nos surge num documento de 1140 em que o abade João<sup>41</sup> vende a Egas Moniz a «villa de Alfouvara»<sup>42</sup> por dez maravedis, tendo sido substituído por Granja Nova posteriormente à sua integração no couto monástico<sup>43</sup>. Em 1295 o mosteiro faz prazo a 21 moradores da Granja Nova (VITERBO, 1983, volume II: 133), aparecendo também notícia na carta de foral de 1504. Já em 1834 no Auto de Inventário (Folha 2) é mencionada «Huma caza cita neste lugar da Granja Nova ao pé da mesma igreja que servia para tulha dos mesmos ex monges com sua adega».

Vila Chã<sup>44</sup> em 1144 era designada por «Villa Plana de Argeriz» (MEIRELES, 1942: 165), situada portanto no território de Argeriz e já povoada. Este documento refere-se a uma doação da quarta parte deste lugar por Egas Moniz ao Mosteiro de Paço de Sousa, para que o seu filho Mendo Viegas fosse aqui sepultado. Em 1160 o abade de Salzedas, João Nunes, troca com o abade de Paço de Sousa (D. Egas) esta quarta parte, dando-lhe «outra fazenda» (REIS, 2002b: 54, 58 e 66). Tal como na Granja Nova, os povoadores de Vila Chã receberam uma carta de aforamento colectivo em 1295 (DUARTE, 1997: 30) e pelo foral de D. Manuel os 24 casais eram obrigados a pagar o mesmo que os da Granja Nova. No Auto de Inventário de 1834 (Folha 3) é mencionada «Huma morada de cazas com suas logias que servia para a tulha dos dittos ex monges».

A primeira notícia que se conhece de Cimbres data de 1135, quando Fróia Cides e sua mulher Gontina Frogendes vendem a Egas Moniz e sua esposa Teresa Afonso bens «*in loco qui uocitant in Sancti Petri et in Cimbriz et in termino de Argeriz subtus mons Ledanarius*» (FERNANDES, 1984: 83). O foral de D. Manuel I refere que o lugar de Cimbres é aforado com o mosteiro pelo prazo de três vidas, tendo por condições aquelas descritas nos prazos e escrituras que não chegaram até nós. Consta do Auto de Inventário (Folha 2 vº) os seguintes bens do mosteiro nesta povoação «Huma murada de cazas neste lugar de Símbres no citio da tulha que parte com a rua publica a qual servia de caza de tulha e adega aos ditos ex monges».

Do foral de D. Manuel I, para além destas localidades, também se contam Ucanha, designada como «cabeça do dito couto», Meixedo, Murganheira, Vila Pouca, Formilo e Valdevez, igualmente aforadas pelo prazo de três vidas.

Ucanha era denominada ainda no século XIII por Vila da Ponte, devido à importante ponte que aqui ainda existe sobre o rio Varosa e que ligaria Lamego a Moimenta da Beira (CASTRO, 2009: 15, nota de rodapé 26). No século XV, entre 1453 e 1474 durante

39 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Caixa 2249.

40 Topónimo de origem árabe que significa «a fonte» (FERNANDES, 1995: 137).

41 Provavelmente abade do Mosteiro de S. João de Tarouca.

42 Já portanto povoada.

43 Em 1209 já aparece como Granja Nova (FERNANDES, 1995: 137-138).

44 Da Beira como é hoje designada ou de Cangueiros até ao século XX.

o abaciado de D. Fernando, o mosteiro edificou uma torre, junto à ponte, a qual serviria como depósito do pagamento da portagem que os viandantes aqui entregavam para transporem esta ligação. Segundo o Auto de Inventário (Folha 1 v.º) o mosteiro possuía «Huma morada de cazas citas nesta villa de Uccanha na rua publica proxima a torre da igreja com seu lagar de pedra que servia a dita caza para tulhas dos ex monges de Salzedas e a ella pegado hum pequeno terreno quazi inculto que se chamava para hua horta».

Meixedo, localizado a 1,5 km a Nordeste de Salzedas, Murganheira, situada a 1,5 km a Noroeste e Vila Pouca a 2 km também a Noroeste, pertencem actualmente à freguesia de Salzedas. Apenas encontramos estas três pequenas povoações no foral de D. Manuel I, embora haja referência a Meixedo num documento de 1209, onde consta a «villa» de «Amexenedo» como pertencente ao Mosteiro de Salzedas (FERNANDES, 1995: 211).

Formilo e Valdevez situam-se a cerca de 3 km a Sudoeste de Salzedas. O primeiro faz presentemente parte da freguesia da Granja Nova e o segundo da freguesia de Ucanha. Encontramos o topónimo Formilo na carta de couto de Argeriz em 1152 como «*Felmiro*», sendo então uma «villa» dentro do couto. Valdevez também nos aparece nesta carta de couto, embora sem indicação directa sob a forma de «*montem qui dicitur Aveiz*» e em 1258 «*Valiis de Aveyzi*» (FERNANDES, 1995: 412).

Para além destes locais, e ainda dentro do couto, encontramos no Auto de Inventário de 1834 a menção a diversas unidades de exploração como a Tamanqueira, o Tello e a quinta de Pinhô, sendo com certeza granjas monásticas.

A Tamanqueira localiza-se a cerca de 1 km a Este do mosteiro, entre este e o lugar de Cimbres. Apresenta uma cerca com uma média de 2 m de altura, ainda expondo, a Oeste, marcos do Mosteiro de Salzedas, e uma pequena casa em pedra de planta rectangular a Sul. No Auto de Inventário (Folha 24) é referido que esta propriedade era sobretudo constituída por mata, com presença de grandes pinheiros e carvalhos.

O sítio do Tello<sup>45</sup> situa-se a 600 m para Oeste do mosteiro, tendo também uma cerca com uma média de 2 m de altura. No «Códice sobre a fundação do Mosteiro de Salzedas» (Folha 25), guardado no Museu Nacional de Arqueologia, é relatado que o abade Manuel Pinto (1789-1790)<sup>46</sup> «Fez tapar a magestoza mata do Tello com pórtico». Do Auto de Inventário (Folha 24 v.º) consta que este local encontra-se «murada toda em volta» e tinha «castanheiros, pinheiros e carvalhos de todos grandes e pequenos e com grande abundancia».

A quinta do Pinhô, localizada a 800 m a Norte do mosteiro, exhibe igualmente uma cerca com as mesmas dimensões das anteriores. Segundo o «Códice sobre a fundação do Mosteiro de Salzedas» (Folha 20) o abade de Salzedas Manuel Coutinho comprou esta quinta em 1744. Ainda neste Códice (Folha 22-22 v.º) encontramos referência ao abade José de Meneses (1759-1761) que aqui construiu casas e

<sup>45</sup> Actual Quinta do Tello.

<sup>46</sup> Neste manuscrito existe uma lista de abades do mosteiro de Salzedas, onde se lê que o abaciado de Manuel Pinto, filho de S. João de Tarouca, teve lugar entre estas datas, apesar de na lista publicada por J. Leite de Vasconcellos (VASCONCELLOS, 1933: 400) constar 1791-1793.

*Fes lhe húa grande calçada que faz termo no soberbo portico ou entrada do pateo das mesmas cazas no qual a mão direita se deixa lograr húa bella fonte (...) Circuitou na mesma quinta húa grande parte della com muro bastante alto e seguro capaz de defender as hortas e pomares que lhe mandou plantar distribuindo deste fim a terra em varios e bem fundados alquerques que quasi todos se podem regar com as agoas da outra fonte e tanque que tambem mandou fazer para o mesmo intento e para viveiro de peixes*

Esta propriedade foi uma das mais férteis do mosteiro, passando no centro uma linha de água, afluente da ribeira do Torno (ou Salzedas).

Possivelmente uma das primeiras granjas do mosteiro é a propriedade que se situa na sua continuação, na margem esquerda da ribeira do Torno, designada por Quinta da Tulha. Localiza-se em terrenos muito férteis que ainda hoje são explorados, apresentando uma cerca com cerca de 2 m de altura. Tem ainda uma adega, a celeraria, casas para forno, palheiros, casas para lenhas, alambique, cavaliças para bois e outros gados, dois moinhos e uma casa da tulha, onde eram armazenados os géneros alimentícios como é comprovado pelo Auto de Inventário de 1834.

Durante o século XIII assistimos a várias doações de propriedades dentro do couto monástico, como é o caso de uma herdade em Lamelas, um casal e uma vinha com castanheiros em Mões e de vários outros bens no couto. O primeiro documento, de 1206, refere-se a uma confirmação por parte de Godina Randulfes e seus filhos relativamente ao testamento de seu marido Pedro Rodrigues<sup>47</sup>, que doava uma herdade em Lamelas (REIS, 2002b: 81). Os bens de Mões foram atribuídos por D. Martim Pais<sup>48</sup> e sua mulher D. Sancha em 1229, juntamente com outros no couto e em Moimenta da Beira, Lamego, Resende e Baião. Temos ainda notícia de mais uma doação em 1288 de bens dentro do couto, do cavaleiro-fidalgo Fernão Peres e sua mulher Maria Garcia, mais especificamente em Valverde, Vila Arteira e Valbom. É de assinalar que Fr. Baltasar dos Reis (REIS, 2002b: 74) anota que não registou muitas compras que o mosteiro fez no couto «por me parecer supérfluo», podendo-se assim presumir que várias propriedades foram aqui sendo adquiridas após a doação de Teresa Afonso.

## 5. A EXPLORAÇÃO DO COUTO E AS VIAS DE COMUNICAÇÃO

Tomando como exemplo o Mosteiro de Alcobça observa-se que a maioria das propriedades monásticas encontravam-se, pelo menos durante o século XIV e XV, sobre exploração indirecta (GONÇALVES, 1989:168), ou seja entregues a um indivíduo ou a um grupo que faria o aproveitamento das terras segundo um determinado tipo de contrato. Normalmente as terras dentro dos coutos monásticos eram cultivadas por indivíduos que

<sup>47</sup> Segundo A. de Almeida Fernandes (FERNANDES, 1982: 431) Pedro Rodrigues era neto de Egas Moniz. Curiosamente o mesmo autor apenas se refere a este documento como «certos bens no couto do mosteiro», apesar de Fr. Baltasar dos Reis (REIS, 2002b: 81) especificar o local de Lamelas, referindo mesmo o número da folha do Livro das Doações: 76.

<sup>48</sup> D. Martim Pais é considerado por A. de Almeida Fernandes (FERNANDES, 1981: 378) como pertencente à estirpe de senhores do couto de Leomil. Juntamente com a sua esposa também doaram uma herdade, em Várzea da Serra, ao Mosteiro de S. João de Tarouca no ano de 1200.

as tinham recebido através de cartas de povoação do mosteiro ou por herança (GONÇALVES, 1989: 183). De modo a atrair povoadores eram concedidos materiais para a construção de casas e instrumentos agrícolas, guardando-se o direito do uso de moinhos, fornos ou lagares que os camponeses utilizavam mediante o pagamento de uma taxa. Estes contratos eram, na sua maioria, de carácter enfitêutico podendo assumir a forma hereditária ou em vidas (GONÇALVES, 1989: 189). Até 1262, para o Mosteiro de S. João de Tarouca, apenas encontramos dois contratos dentro do couto monástico. O primeiro é de cerca de 1205, aforando bens em Vilarinho a Garcia Anes e Afonso Fernandes a título perpétuo. Estes pagariam a nona parte do vinho e do linho, um «corazil»<sup>49</sup> e uma «fogazam»<sup>50</sup> de trigo, entregando ao mosteiro, cada herdeiro após a morte, a décima dos bens móveis e imóveis. O segundo, datado de 1221, afora em três vidas a Palaiol e Maria Guimarães, sua mulher, mais bens em Vilarinho, sendo obrigados a pagar o quinto do que semeassem, uma galinha, uma teiga de trigo e dez ovos, dando também ao mosteiro a décima dos bens móveis e imóveis após a morte de cada herdeiro (FERNANDES, 1991: 204-205, doc. 242 e 243).

O pagamento da renda era efectuado em géneros ou em dinheiro e em algumas situações em géneros e dinheiro (GONÇALVES, 1989: 201), sendo as rendas respeitantes à propriedade urbana exclusivamente recebidas em dinheiro. O prazo feito pelo Mosteiro de Salzedas aos moradores da Granja Nova inclui a entrega de «*senhas spadoas de porco de 12 costas, pelos corazis; e senhos cabritos vivos, e dous capoenis; e vinte ovos; e senhas pernas de carneiros, e senhas soldadas de pam; e o mais a uso do nosso Couto*» (VITERBO, 1983, volume II: 133). No foral do couto de Salzedas estes e os de Vila Chã eram sujeitos ao pagamento de vinho, linho, legumes, castanhas, porco, galinhas, ovos, palha e bragal.

Na documentação verifica-se o aparecimento de um grande número de doações, compras ou escambos de casais, quintas ou quintãs, granjas, leiras, cochousos, pardieiros, courelas e casas.

O casal, que surgiu da desagregação da *villa* romana, era a unidade fiscal agrário-urbana mais importante (FERNANDES, 1993: 494), sendo constituída por uma casa de habitação e outros edifícios<sup>51</sup>, incorporando-se terras de cultivo que podiam ser dispersas. Segundo Iria Gonçalves (GONÇALVES, 1989: 170-171), no seu estudo sobre o património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV, o casal podia encontrar-se junto a várias habitações de uma aldeia e as suas terras espalhadas pelos limites da povoação ou mesmo excedendo-o, podendo conter um ou vários números de parcelas (GONÇALVES, 1989: 172). Os cultivos mais comuns eram os campos cerealíferos, ocupando a maior parte das parcelas, e a vinha, sendo que os olivais, os pomares e as hortas deveriam ocupar uma pequena percentagem (GONÇALVES, 1989: 175).

A quinta ou quintã já mereceu vários estudos não se chegando ainda a um consenso sobre a sua definição, embora para a zona de influência do Mosteiro de Alcobaça se per-

<sup>49</sup> Peça de carne de porco (VITERBO, 1983, volume II: 133).

<sup>50</sup> Nome de pão cozido sob a cinza (FERNANDES, 1993: 562).

<sup>51</sup> Como adegas, lagares, celeiros, palheiros, cavalariças, currais, capoeiras (GONÇALVES, 1989: 169).

ceba que é uma unidade de exploração, podendo comportar vários núcleos, não sendo muito diferente do casal, mas de maior dimensão<sup>52</sup> (GONÇALVES, 1989: 178-179).

A granja, que por vezes na documentação era designada por quinta, era pelo contrário uma unidade de exploração concentrada e na maior parte das situações encontrava-se murada, sendo constituída por casa de habitação, lagares, adegas, cavalariças, celeiros, capoeiras e currais. Analisando as granjas que sobreviveram, dentro dos coutos, verificamos que as de menor dimensão são a Quinta do Granjão, pertencente a S. João de Tarouca, e a Tamanqueira do mosteiro Salzedense, cada uma com apenas 6 hectares. A de maior extensão é a Quinta do Pinhô, com 25 hectares, seguida pelo Tello (23 ha) e pela Quinta da Tulha (15 ha), todas do Mosteiro de St.<sup>a</sup> Maria de Salzedas.

As leiras, cochousos ou chousos e courelas surgem da desagregação do casal (GONÇALVES, 1989: 181). A leira corresponde a um prédio avulso de cultura indiscriminada, sendo por vezes referida leira de vinha ou de castanha (FERNANDES, 1993: 658). O cochouso ou chouso e courela são também terrenos agrícolas de pequenas dimensões (FERNANDES, 1993: 170, 510). Os pardieiros referem-se a casas de pequenas dimensões, porventura não habitadas, servindo apenas como arrumos (FERNANDES, 1993: 686).

Para além da agricultura os mosteiros faziam a exploração de pedreiras, como fonte de abastecimento para a construção dos vários edifícios monásticos. Em S. João de Tarouca detectou-se a presença de pelo menos nove sítios de extracção (MARQUES *et al.*, 2010: 140), estando ligados ao mosteiro por alguns troços de via, na sua maioria apenas em terra. Em Salzedas encontramos uma grande zona de exploração no sítio da Pedreira, localizado a 1 km a Nordeste do cenóbio. No «Códice sobre a fundação do Mosteiro de Salzedas» (Folha 25vº) é referido que o abade António Falcão (1794-1796) continuou o frontispício (da igreja), «trazendo muita gente tanto cá como na pedreira». Junto à quinta do Pinhô, a Sudoeste, existe também uma área de extracção, podendo neste caso relacionar-se com as construções da quinta, edificadas no século XVIII (Figura 5).

Todas estas explorações disseminadas ao longo dos coutos monásticos tinham obrigatoriamente de se servir de vias de comunicação, sejam elas lajeadas ou simplesmente em terra batida. O transporte de bens e pessoas devia ser assegurado, tanto das povoações, propriedades rurais ou explorações para o mosteiro, como destes para as principais localidades fora do couto, como o caso de Tarouca, Lamego e Moimenta da Beira e destes para as grandes cidades. É ainda de assinalar que os dois mosteiros possuíam várias propriedades fora do seu couto, sendo mais numerosas nas zonas de Tarouca, Lamego, Vila Nova de Paiva e Castro Daire, mas também em Trancoso, Celorico da Beira, Pinhel, Guarda, Seia, Penamacor, Resende, Cinfães, Baião, Mesão Frio, Peso da Régua, Vila Real, Penafiel, Vila Nova de Gaia e Aveiro.

A distinção entre vias romanas, medievais e mesmo aquelas pertencentes à época moderna comporta um grande grau de dificuldade. As vias romanas sobreviveram ao longo de vários séculos, tendo no processo sido alvo de vários melhoramentos ou correc-

---

<sup>52</sup> Segundo Iria Gonçalves (1989: 179) esta teria «grandes casas de habitação, por vezes com várias divisões e sobradadas, celeiros, adegas, lagares, fornos, cavalariças, eventualmente mesmo uma torre».

ções de percurso. A partir do século XII processam-se grandes modificações na rede viária tradicional, através do desenvolvimento de uma rede de múltiplos caminhos. Os trajectos essenciais, aqueles que ligavam as principais povoações, seriam de construção cuidada, enquanto os percursos entre aglomerados de pequenas dimensões ou entre explorações agrícolas eram sobretudo constituídos por simples caminhos em terra.

Na área em estudo identificamos um bom número de vias, tanto lajeadas como em terra batida, bem como uma série de pontes, pontões e poldras que lhes estão associados (Figura 5). A Norte, no couto do Mosteiro de Salzedas, em Vila Pouca existe uma pequena ponte em cavalete que atravessa o Varosa, provavelmente enquadrável cronologicamente no século XV ou XVI. Para Norte e Sul ainda é possível observar um grande troço de calçada que ligaria a margem esquerda a Ferreirim e Lamego e a direita à Murganheira e para Norte a Queimadela. Como referimos anteriormente nas cartas de couto deste cenóbio encontra-se a menção a uma «*strada mourisca*» ou «*viam antiquam*». Pensamos que esta via, proveniente de Queimadela seguiria para St.ª Cruz de Lumiares, bifurcando para aquela de Vila Pouca e uma outra para a Murganheira. Este último troço está bem preservado, principalmente junto e esta última povoação. De Salzedas seguiriam vários caminhos que ligavam às principais aldeias e granjas, bem como para os locais de extracção de pedra, alguns destes ainda com vestígios de calçada, outros já destruídos em sequência do seu reaproveitamento para a construção de estradas actuais.

Fr. Claude Bronseval, na obra «*Peregrinatio Hispanica*»<sup>53</sup> de 1531-1533, deixou-nos a descrição do caminho adoptado a partir das proximidades de Ferreiros de Tendais<sup>54</sup> até ao Mosteiro de Salzedas. Dali seguiu por montanhas, alcançando uma via no lugar de Roças<sup>55</sup> e daí até Lazarim<sup>56</sup>, atravessando o rio Varosa na vila de Ucanha (BRONSEVAL, 1970, Tomo II: 517). Após a sua visita ao cenóbio Salzedense dirigiu-se para S. João de Tarouca por um trajecto entre montes e fragas, onde se avistava o Varosa (BRONSEVAL, 1970, Tomo II: 519). Este caminho deve, a partir de Ucanha, tomar a direcção de Valdevez até Mondim da Beira, e daí para o Mosteiro de S. João de Tarouca (Figura 5).

Uma das vias mais bem conservadas dentro do couto Tarouquense é aquela nas imediações de Almofala, que pode corresponder à antiga estrada romana entre Viseu e Lamego (CASTRO & SEBASTIAN, 2008-2009: 132-133). Embora não tenhamos conseguido identificar a sua continuação para Norte, até Lamego, é possível que passe nas localidades de Vilarinho e/ou em Bustelo e Teixelo até Tarouca e daqui bifurcando-se para Lamego, alcançando aquela que vem da ponte de Ucanha, e para Lazarim, seguindo o percurso de Fr. Claude Bronseval (Figura 5).

Na carta de couto de 1140 do Mosteiro de S. João de Tarouca encontramos referência a uma «*estradam de Paredes Siccas*», ou seja Paredes Secas que como já vimos terá sido granja de S. João. Conseguimos identificar parte desta via na zona de Sanfins, sendo pos-

<sup>53</sup> Utilizamos a edição de 1970, com introdução, tradução e notas de D. Maur Cocheril (Paris: Presses Universitaires de France).

<sup>54</sup> Concelho de Cinfães.

<sup>55</sup> Concelho de Castro Daire.

<sup>56</sup> Concelho de Lamego.

sível que o seu percurso continue para Nordeste até Passô e daqui alcançando o caminho que desde a ponte de Ucanha segue para a Granja Nova e Moimenta da Beira. De facto este deve ser o trajecto continuado na época medieval e moderna, pelo menos em alguns pontos, da estrada romana que provinda desta última localidade ligava a Lamego (ALARCÃO, 2004: 333). Ainda nas proximidades do Mosteiro de S. João de Tarouca localizamos mais três vias. A primeira em direcção à povoação do couto, antiga granja de Souto Redondo; e as outras conduziam a Mondim da Beira e a Tarouca, passando pela Quinta do Granjão.

Apesar das várias ligações que podemos identificar dentro dos dois coutos monásticos, persiste o problema da sua cronologia. A maior parte das estradas romanas foram posteriormente absorvidas pelos caminhos medievais e estes pelos modernos, não restando por vezes qualquer elemento que os reconheça cronologicamente. Assim são também os caminhos que podem relacionar-se com os mosteiros. Não possuímos qualquer prova concreta de que já não existissem, embora, tendo em conta os elementos já estudados podemos, pelo menos, afirmar que alguns deles foram alvo de remodelações ou corrigidos em certos pontos do seu percurso, de modo a que o transporte de bens fosse assegurado de forma mais eficaz.

## BIBLIOGRAFIA

### Cartografia

- Carta Militar de Portugal (1998), escala 1/25 000, Folha n.º 148, Lamego. 3ª Edição. Instituto Geográfico do Exército.
- (1998), escala 1/25 000, Folha n.º 147, Tarouca. 3ª Edição. Instituto Geográfico do Exército.
- (1997), escala 1/25 000, Folha n.º 148, Moimenta da Beira. 3ª Edição. Instituto Geográfico do Exército.

### Fontes escritas

- Auto de Inventário do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas* (1834). Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Histórico do Ministério das Finanças. Caixa n.º 2249.
- Auto de Inventário do Mosteiro de S. João de Tarouca* (1834). Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Histórico do Ministério das Finanças. Caixa n.º 2255.
- Códice sobre a fundação do Mosteiro de Salzedas*. Museu Nacional de Arqueologia. Espólio de J. Leite de Vasconcellos.

### Fontes impressas

- ALARCÃO, Jorge de (2004) – *Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – I*. «Revista Portuguesa de Arqueologia», n.º 7: 1. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 317-342.
- AZEVEDO, Rui Pinto de (1958) – *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, vol. I, tomo I.
- BARROCA, Mário Jorge (2000) – *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, volume II.
- BRITO, Fr. Bernardo de (1690) – *Monarchia Lusitana*. Segunda Parte. Lisboa: Impressão Craesbeeckiana.
- BRONSEVAL, Fr. Claude (1970) – *Peregrinatio Hispanica, 1531-1533*. Paris: Presses Universitaires de France, 2 vols.
- CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís (2002) – *A intervenção arqueológica no mosteiro de S. João de Tarouca: 1998-2001*. «Estudos/Património», n.º 2. Lisboa: IPPAR – Departamento de Estudos, p. 33-42.

- (2005) – *Dados para o estudo da estratégia de implantação do Mosteiro de S. João de Tarouca*. «Estudos/Património», n.º 8. Lisboa: IPPAR – Departamento de Estudos, p. 203-211.
- (2007) – *Uma primeira proposta de reconstrução arquitectónica do Mosteiro Cisterciense de S. João de Tarouca*. «Revista de História da Arte». Lisboa: F.C.S.H./U.N.L., p. 142-171.
- (2008-2009) – *A implantação monástica no Vale do Varosa: o caso do Mosteiro de S. João de Tarouca*. «Oppidum», n.º 3. Lousada: Câmara Municipal, p. 115-136.
- CASTRO, Ana Sampaio e (2009) – *Cerâmica europeia de importação no Mosteiro de S. João de Tarouca (séculos XV-XIX)*. Lisboa: F.C.S.H./Universidade Nova de Lisboa. Tese de Mestrado.
- (2012) – *O Mosteiro de Santa Maria de Salzedas*. No prelo.
- COCHERIL, D. Maur (1986) – *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português.
- DUARTE, Luís Miguel (1997) – *A aldeia de Vila Chã do Couto de Salzedas, do aforamento colectivo de 1295 ao foral manuelino*. «DOURO – Estudos & Documentos», vol. I (3). Porto: GEHVID, p. 29-44.
- ERDMANN, Carl (1927) – *Papsturkunden in Portugal*. Berlin: Weidmannsche Buchhandlung.
- FERNANDES, A. de Almeida (1963) – *As origens das igrejas da diocese Lamecense*. Separata do «Boletim da casa Regional da Beira-Douro». Porto: C.C.R.B.D.
- (1976) – *Acção dos Cistercienses de Tarouca: as granjas nos sécs. XII e XIII*. Extracto do volume LXXXIII da «Revista de Guimarães». Barcelos: Companhia Editora do Minho.
- (1981) – *O livro das doações da Salzedá*. «Revista Beira Alta», vol. XL, fascículo 2, p. 341-480.
- (1982) – *O livro das doações da Salzedá*. «Revista Beira Alta», vol. XLI, fascículo 2, p. 399-432.
- (1984) – *Os primeiros documentos de Santa Maria da Salzedá. (até à morte da fundadora): comentários e defesa*. Separata da «Revista de Guimarães». Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- (1985) – *Os primeiros documentos de Santa Maria da Salzedá. (até à morte da fundadora): comentários e defesa*. Separata da «Revista de Guimarães». Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- (1991) – *Taroucae Monumenta Historica. Documenta*. Braga: Câmara Municipal de Tarouca.
- (1993) – *Taroucae Monumenta Historica. Indices & Studia*. Braga: Câmara Municipal de Tarouca.
- (1995) – *As dez freguesias do Concelho de Tarouca, história e toponímia*. Braga: Câmara Municipal de Tarouca.
- (1997) – *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*. Arouca: Câmara Municipal.
- FERREIRA, Narciso; SOUSA, M. Bernardo (1994) – *Notícia explicativa da Folha 14-B, Moimenta da Beira da Carta Geológica de Portugal, escala 1/50 000*. Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro/Departamento de Geologia.
- GONÇALVES, Iria (1989) – *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Universidade Nova – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- MACHADO, José Pedro (2003) – *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 3.ª edição, 3 vols.
- MARQUES, Catarina Alexandra; CATARINO, Lídia; SEBASTIAN, Luís (2010) – *A pedra na construção do Mosteiro de S. João de Tarouca*. «Oppidum», n.º 4. Lousada: Câmara Municipal, p. 113-162.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes (1998) – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Estudos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 24. Lisboa: Ed. Colibri.
- MEIRELES, Fr. António da Assunção (1942) – *Memórias do mosteiro de Paço de Sousa & Índex dos documentos do Arquivo*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- MOREIRA, Ab. Vasco (1924) – *Monografia do Concelho de Tarouca*. Viseu: Tipografia de «Jornal da Beira».
- Portugaliae Monumenta Historica (1888-1977) – Inquisitiones*. 3.ª Alçada, Lisboa.
- REIS, Fr. Baltazar dos (2002a) – *Breve relação da fundação e antiguidade do Mosteiro de Santa Maria de Salzedá*. Fac-simile do livro de 1936. Lamego: Fábrica da Igreja Paroquial de Salzedas.
- REIS, Fr. Baltazar dos (2002b) – *Livro da fundação do Mosteiro de Salzedas*. Fac-simile do livro de 1934. Lamego: Fábrica da Igreja Paroquial de Salzedas.

- REUTER, Abiah Elisabeth (1938) – *Chancelarias Medievais Portuguesas*. Coimbra: Instituto Alemão da Universidade, vol. I.
- TORRE RODRIGUEZ, Jose Ignacio de la (1999) – *Evolução Histórica de Cister no Vale do Douro*. In *Cister no Vale do Douro*. Santa Maria da Feira: GEHVID/Edições Afrontamento, p. 69-116.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1933) – *Memórias de Mondim da Beira*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.
- VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa (1983) – *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Porto: Livraria Civilização, 2 vols.



Figura 1 – Localização dos Mosteiros de S. João de Tarouça e St.ª Maria de Salzedas.



Figura 2 – Fases de construção do Mosteiro de S. João de Tiarouca

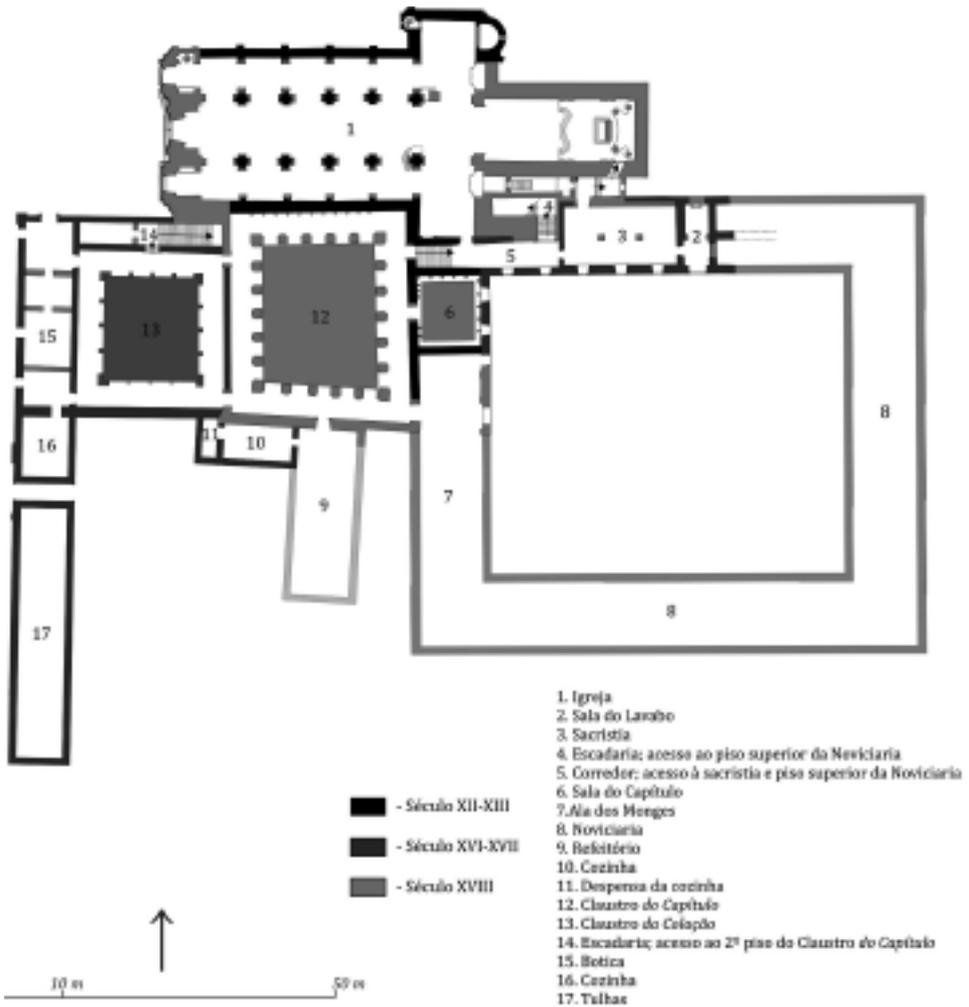


Figura 3 – Fases de construção do Mosteiro de St.ª Maria de Salzedas.



Figura 4 – Limites dos cotos monásticos.

